



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE
NÍVEL SUPERIOR, NÍVEL MÉDIO E NÍVEL FUNDAMENTAL

ATO DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2013

Retificação publicada no Diário da Justiça Eletrônica

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **Aristóteles Lima Thury**, Presidente da Comissão do Concurso do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições, torna pública a seguinte retificação ao Edital supracitado, cujas alterações estão a seguir elencadas:

1 – No subitem 1.3, onde se lê: “...A prova escrita objetiva será realizada no Município de Manaus e, eventualmente, se a capacidade das unidades...” leia-se: “...A prova escrita objetiva será realizada **nos Municípios de Itacoatiara, Manacapuru e Manaus, conforme disposições do item 9, e, eventualmente, se a capacidade das unidades...**”

2 - Fica alterada a constituição da comissão do concurso, que passa ser a seguinte:

PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO	
Aristóteles Lima Thury Desembargador	
MEMBROS DA COMISSÃO DO CONCURSO	
Joana dos Santos Meireles Juiz de Direito	
Ieda Cláudia de Oliveira Castro Assistente de Gabinete de Desembargador	Nilmar Lima Gonzaga Assistente de Gabinete de Desembargador
REPRESENTANTES DA OAB/AM	
Jairo Bezerra Lima Advogado	Ademário do Rosário Azevedo Advogado - Suplente
REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS	
Edilson Queiroz Martins Promotor de Justiça	

3 – No Quadro do subitem 3.1 onde se lê: “Diploma ou certificado de conclusão de curso superior na especialidade correspondente, devidamente registrado, com inscrição no respectivo conselho de fiscalização do exercício profissional, dispensada a inscrição no respectivo conselho para a especialidade “Direito””. Leia-se: “Diploma ou certificado de conclusão de curso superior na especialidade correspondente, devidamente registrado, com inscrição no respectivo conselho de fiscalização do exercício profissional, dispensada a inscrição no respectivo conselho para a especialidade “Direito”. Para a especialidade de Qualquer área de formação, é requisito básico Diploma ou certificado de conclusão de curso superior em qualquer área de formação, devidamente registrado.”

4 – Fica acrescido ao Edital subitem 3.4, com a seguinte redação: “3.4 Nos termos da Lei Estadual nº 3.691/2011, os servidores somente serão removidos, a pedido ou de ofício, para Comarcas que integrem a sub-região para a qual prestaram concurso público.”

5 - No subitem 6.2 onde se lê: “Não haverá isenção total ou parcial da taxa de inscrição, exceto para os candidatos que declararem e comprovarem hipossuficiência de recursos para o pagamento da taxa, nos termos do Decreto Federal no 6.593, de 2 de outubro de 2008”. **Leia-se:** “Não haverá isenção total ou parcial da taxa de inscrição, exceto para os candidatos que declararem e comprovarem hipossuficiência de recursos para o pagamento da taxa, nos termos do Decreto Federal n. 6.593, de 2 de outubro de 2008 e da Lei Estadual n. 3.088, de 25 de outubro de 2006”.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE
NÍVEL SUPERIOR, NÍVEL MÉDIO E NÍVEL FUNDAMENTAL

6 – No subitem 6.1 onde se lê: “*Fará jus à isenção o candidato hipossuficiente que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e for membro de família de baixa renda.*” **Leia-se:** “*Fará jus à isenção o candidato hipossuficiente que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e for membro de família de baixa renda e que comprovarem renda mensal não superior a três 3 salários mínimos, por meio de cópia autenticada de contra cheque ou de documento similar; ou para os trabalhadores ambulantes, prestadores de serviços e os que exerçam atividade autônoma, desde que não cumulada com outra atividade cuja remuneração, somada, não exceda a 3 salários mínimos, declaração de renda expedida por Contador devidamente registrado no seu órgão de classe; ou, ainda, cópia autenticada de páginas da Carteira de Trabalho que contenham fotografia, identificação e último contrato de trabalho, inclusive a página seguinte em branco, no caso de desempregado, ou, não possuindo carteira de trabalho, declaração pessoal de desempregado de próprio punho.*”

7 – Fica acrescida a letra a) no subitem 6.2, com a seguinte redação: *O candidato enviará cópia autenticada da documentação, via SEDEX, postado, impreterivelmente, até o dia **28 de março de 2013**, para a **FGV- CONCURSO TJ/AM (PEDIDO DE ISENÇÃO)** – Praia de Botafogo, 190 – 6º andar – sala 605 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ CEP 22250-900, comprovar renda mensal não superior a três 3 salários mínimos, por meio de cópia autenticada de contra cheque ou de documento similar; ou para os trabalhadores ambulantes, prestadores de serviços e os que exerçam atividade autônoma, desde que não cumulada com outra atividade cuja remuneração, somada, não exceda a 3 salários mínimos, declaração de renda expedida por Contador devidamente registrado no seu órgão de classe; ou, ainda, cópia autenticada de páginas da Carteira de Trabalho que contenham fotografia, identificação e último contrato de trabalho, inclusive a página seguinte em branco, no caso de desempregado, ou, não possuindo carteira de trabalho, declaração pessoal de desempregado de próprio punho.*”

8 – Ficam alteradas as datas de aplicação das provas escritas objetivas, passando para o dia **09 de junho** a dos cargos de Analista Judiciário I e Auxiliar Judiciário II.

9 – Os subitens 9.3, 9.4, 9.5, 9.6 e 9.7 passam a ter a seguinte redação, renumerando-se os demais seguintes:

*“9.3 A Prova Escrita Objetiva para todas as especialidades do cargo **Assistente Judiciário (Nível Médio)** destinados à capital (Manaus/AM), de caráter eliminatório e classificatório, será realizada na cidade de Manaus, no estado do Amazonas, no **dia 02 de junho de 2013**, das 13h00min às 17h00min, segundo o horário de Manaus-AM, com duração total de 4 (quatro) horas.*”

*9.4 As Provas Escritas Objetivas para todas as especialidades dos cargos de **Assistente Judiciário (Nível Médio)** destinados aos municípios de Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru e Rio Preto da Eva, de caráter eliminatório e classificatório, serão realizadas na cidade de Manacapuru, no Estado do Amazonas, no **dia 02 de junho de 2013**, das 13h00min às 17h00min, segundo horário de Manaus/AM, com duração de 04 (quatro) horas.*”

*9.5 As Provas Escritas Objetivas para todas as especialidades do cargo de **Assistente Judiciário (Nível Médio)** destinados ao município de Itacoatiara e Presidente Figueiredo, de caráter eliminatório e classificatório, serão realizadas na cidade de Itacoatiara, no Estado do Amazonas, no **dia 02 de junho de 2013**, das 13h00min às 17h00min, segundo horário de Manaus/AM, com duração de 04 (quatro) horas.*”



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE
NÍVEL SUPERIOR, NÍVEL MÉDIO E NÍVEL FUNDAMENTAL

9.6 As Provas Escritas Objetivas para todas as especialidades dos cargos de **Auxiliar Judiciário II (Nível Fundamental)** destinados aos municípios de Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru e Rio Preto da Eva, de caráter eliminatório e classificatório, serão realizadas na cidade de Manacapuru, no Estado do Amazonas, no **dia 09 de junho de 2013**, das 13h00min às 17h00min, segundo horário de Manaus/AM, com duração de 04 (quatro) horas.

9.7 As Provas Escritas Objetivas para o cargo de **Auxiliar Judiciário II (Nível Fundamental)** destinado ao município de Itacoatiara e Presidente Figueiredo, de caráter eliminatório e classificatório, serão realizadas na cidade de Itacoatiara, no Estado do Amazonas, no **dia 09 de junho de 2013**, das 13h00min às 17h00min, segundo horário de Manaus/AM, com duração de 04 (quatro) horas.”

10 – No subitem 11.1, onde se lê: “...Os gabaritos oficiais preliminares da prova escrita objetiva de múltipla escolha serão divulgados no dia 04 de junho...” leia-se: “...Os gabaritos oficiais preliminares da prova escrita objetiva de múltipla escolha serão divulgados no dia **04 de junho** e no dia **11 de junho**...”.

11 – Em virtude das retificações, fica consolidado o cronograma do concurso, conforme a seguir:

ANEXO II – CRONOGRAMA OPERACIONAL

Evento	Datas
Período de inscrição	20/03 a 22/04/2013
Período para requerimento de isenção da taxa de inscrição	27 a 28/03/2013
Divulgação do resultado dos requerimentos de isenção da taxa de inscrição	11/04/2013
Prazo para interposição de recursos ao indeferimento dos requerimentos de isenção	12/04/2013
Prazo para reimpressão dos boletos e pagamento das taxas de inscrição, inclusive para os candidatos que tiverem os requerimentos de isenção indeferidos	23/04/2013
Divulgação do Edital de deferimento de inscrições, inclusive de candidatos na condição de pessoa com deficiência e da concessão de atendimento especial	13/05/2013
Divulgação dos locais e horários das provas objetivas	23/05/2013
Aplicação das provas objetivas para os cargos de Analista II e Nível Médio	02/06/2013
Divulgação dos gabaritos preliminares das provas objetivas dos cargos de Analista II e Nível Médio	04/06/2013
Prazo para interposição de recursos aos gabaritos das provas objetivas dos cargos de Analista II e Nível Médio	05 e 06/06/2013
Aplicação das provas objetivas para os cargos de Analista Judiciário I e Nível Fundamental	09/06/2013
Divulgação dos gabaritos preliminares das provas objetivas para os cargos de Analista Judiciário I e Nível Fundamental	11/06/2013
Prazo para interposição de recursos aos gabaritos das provas objetivas para os cargos de Analista Judiciário I e Nível Fundamental	12 e 13/06/2013
Resultado preliminar das provas objetivas	8/07/2013



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE
NÍVEL SUPERIOR, NÍVEL MÉDIO E NÍVEL FUNDAMENTAL

Prazo para interposição de recursos ao resultado das provas objetivas	9 e 10/07/2013
Resultado final do concurso	17/07/2013
Convocação para perícia médica no TJ-AM – pessoas com deficiência	24 a 31/07/2013
Resultado da Perícia Médica	05/08/2013

Os itens a seguir retificados devem ser considerados apenas para a publicação do edital de abertura de inscrições no Diário de Justiça, tendo em vista que a versão disponibilizada no site da Fundação Getúlio Vargas já contemplava os itens conforme exposto a seguir:

12 – Fica alterado o requisito para o cargo de Analista Judiciário I, nas especialidades de Administração, Arquivologia, Designer Gráfico ou Desenhista Industrial, Economia, Enfermagem, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Medicina/Cardiologia, Medicina/Ginecologia, Psicologia, Pedagogia e Serviço social, que passa a ser: **“Diploma ou certificado de conclusão de curso superior na especialidade correspondente, devidamente registrado, com inscrição no respectivo conselho de fiscalização do exercício profissional”**.

13 – Na tabela de cargos do subitem 3.2, cargo de Assistente Judiciário, especialidade Assistente Técnico Judiciário, vagas para o interior, o somatório de vagas passa a ser 12.

14 – No subitem 11.5.1, onde se lê: “... não atender aos requisitos do item 9.9.4 será eliminado do concurso.”, leia-se: “... não atender aos requisitos do **item 11.5** será eliminado do concurso.”

15 – No subitem 11.6, onde se lê: “...Os candidatos não-eliminados serão ordenados de acordo com os valores decrescentes das notas finais na Prova Escrita Objetiva...” leia-se: “...Os candidatos **habilitados** serão ordenados de acordo com os valores decrescentes das notas finais na Prova Escrita Objetiva...”.

16 – No subitem 16.4.2, onde se lê: “...constar da relação oficial de inscrições deferidas divulgada na forma do subitem 9.4 deste Edital.” leia-se: “...constar da relação oficial de inscrições deferidas divulgada na forma do subitem **5.9** deste Edital.”

17 – No subitem 16.8.5, onde se lê: “...não cumprir o disposto no subitem 16.7.1 deste Edital...” leia-se: “...não cumprir o disposto no subitem **16.8.1** deste Edital...”.

18 – Fica corrigido erro material existente na numeração dos subitens seguintes ao subitem 16.8.

19 – Os demais itens e disposições permanecem inalterados, sendo todas as alterações consolidadas.

Manaus/AM, 26 de março de 2013.

Desembargador **ARISTÓTELES LIMA THURY**
Presidente da Comissão de Concurso do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas